

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação



Plano de Actividades – 2003

Março 2003

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS DO DOCUMENTO

2. ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 ESTUDOS

- Identificação dos processos básicos na AP – Acompanhamento e Monitorização
- Que oportunidades para a utilização de *Open Source* em Portugal
- O futuro do mercado da Banda Larga em Portugal
- A competitividade da indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI
- e-Saúde: O que tem o sector da saúde a ganhar com o desenvolvimento da SI
- Combater a exclusão pela via da SI
- O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal
- O futuro do e-Learning em Portugal
- O papel da SI no a aproximar das regiões

2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

- Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

2.3 MANIFESTOS

- Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal

2.4 WORKSHOPS

- Repensar a Justiça no contexto da SI
- A SI e a segurança nas Tecnologias de Informação e Comunicações
- Ponto de situação do e-Government em Portugal
- Agarrar as oportunidades emergentes do eEurope 2005
- Encontro da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2003
- Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação
- Mobilidade – Uma presença pervasiva no quotidiano das sociedades modernas

3. OUTRAS ACTIVIDADES

- Reaproveitamento de equipamento informático usado para fins de natureza social
- Revista da APDSI
- Internacionalizar a actividade da APDSI
- Coluna da responsabilidade da APDSI num órgão da Comunicação Social
- Prémio Editorial 2002 “APDSI - Sociedade da Informação”
- Prémio Personalidade do Ano no domínio da Sociedade da Informação

4. CONCLUSÕES

1 . OBJECTIVOS

O Plano de Acções que se apresenta pretende, para além de dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em 2002, ser a base de referência da intervenção da APDSI no sentido de estimular e dinamizar acções que possam concretizar as expectativas, oportunidades e os benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer para Portugal.

Importa que de uma forma contínua, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem ou as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte desse mesmo desenvolvimento.

O País necessita e poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades nas quais se inserem nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções envolvendo entidades com intervenção determinante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento

Algumas das actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só serão exequíveis a partir do empenhamento directo por parte dos sócios da APDSI, em particular das empresas, já que a Associação não dispõe dos recursos que possibilitem tais realizações.

2 . ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 ESTUDOS

□ **Identificação dos processos básicos da AP - Acompanhamento e Monitorização**

Todos os estudos recentes sobre Administração Pública Electrónica apontam, como factor crítico de sucesso, a capacidade de integração de processos interdepartamentais, potenciando a comunicação e a transacção electrónica de informação e serviços orientados para os cidadãos e agentes económicos.

O estudo presentemente em curso permitirá identificar os processos básicos e os vários parceiros públicos e privados que neles intervêm e que contribuem para a realização do mesmo produto ou serviço público, dando-se à prioridade aos processos de licenciamento da actividade económica, por grandes grupos CAE, enquanto processos decisórios complexos e morosos que entram o desenvolvimento do país. Pretendeu-se identificar constrangimentos de natureza administrativa e legal por cada um dos *clusters* identificados em torno de cada área económica específica, de cada um dos eventos da vida das pessoas ou de cada uma das fases do ciclo de vida das empresas. Pretendeu-se também promover novas formas de orçamentação e gestão de grandes projectos transversais, capazes de estimular eficazmente, de forma socialmente útil e economicamente viável, o mercado das TIC em Portugal.

Importa agora numa 2ª fase lançar uma acção que permita acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos processos então identificados por forma a poderem criar valor para os cidadãos, as empresas e a própria Administração Pública.

- **Destinatários:** Poder Político, Organismos da Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** Anual

□ **Que oportunidades para a utilização de *Open Source* em Portugal ?**

Em plena época de recessão económica, as organizações tendem a diminuir drasticamente os seus investimentos em TI. Tal situação leva a que os responsáveis por essas áreas tenham de procurar soluções com mais baixos TCOs e melhores ROIs. Essa procura conduz a plataformas baseadas em Linux, actualmente com uma disponibilidade de produtos, quer a nível de servidor, quer de desktop, capazes de rivalizar com as melhores soluções comerciais disponíveis. A compatibilidade entre sistemas de backoffice e produtividade baseados em Linux e soluções comerciais não é mais um bloqueio e tal situação está a levar a uma expectativa de adopção massiva destes sistemas ditos open source.

A possibilidade de poder rentabilizar melhor o parque informático existente, pela extensão dos anos de vida dos processadores, está a levar à adopção deste novo sistema operativo. Contudo, várias questões e reservas se colocam das quais se destacam a da manutenção dos sistemas e apoio, a escassez de profissionais qualificados na implementação e administração destes sistemas, bem como a facilidade de utilização no contexto das novas interfaces.

É nosso objectivo identificar as oportunidades e as vantagens para a utilização destes sistemas, bem como as ameaças e fraquezas dos mesmos.

- **Destinatários:** Administração Pública; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica e eventual empresa de estudos de mercado
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ O futuro do mercado da Banda Larga em Portugal

Portugal apresenta-se hoje com uma das mais baixas taxas de penetração de acessos de Banda Larga (BL) à Internet no espaço da União Europeia. Esta situação reflecte a ausência de uma estratégia nacional forte e consistente que garanta os desígnios de curto e médio prazos da UE neste domínio, nomeadamente o acesso generalizado em BL a eServiços a preços competitivos.

Este estudo pretende, a partir da avaliação da situação internacional e da realidade portuguesa dar resposta a um conjunto de interrogações que se colocam, nomeadamente:

- ❖ Quais os conteúdos e serviços fundamentais para o desenvolvimento da BL em Portugal ?
 - ❖ Que papéis deverão ter o sector privado e a AP na disponibilização desses conteúdos e serviços, bem como na implementação de plataformas tecnologicamente avançadas ?
 - ❖ O que tem de mudar no actual panorama das TIC's em Portugal ?
 - ❖ Que aspectos de ordem regulamentar poderão ser identificados ?
 - ❖ Que modelos de negócio se perspectivam no mercado ?
 - ❖ Quais os modelos de financiamento que se podem identificar para o desenvolvimento da BL em Portugal ?
 - ❖ Quais são os factores de sucesso e quais os verdadeiros desafios que se colocam à BL?
-
- **Destinatários:** Poder Político ; Agentes económicos
 - **Executores:** Task-Force específica APDSI/APDC (?)
 - **Prazo de execução :** 3 meses

□ **A competitividade da Industria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI**

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da sociedade da informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TIC's como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

- **Destinatários:** Poder político. Agentes económicos. Quadros superiores da Administração Pública. Quadros superiores das empresas industriais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

□ **e-Saúde - O que tem o sector da Saúde a ganhar com o desenvolvimento da SI**

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescente no domínio da saúde não têm tido reflexos visíveis no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados aos utentes do SNS. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da informação e das comunicações é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir por forma a potenciar os cuidados de saúde primários e secundários, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard por parte da indústria que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização.

Neste sentido parece transparecer a importância de alguns domínios funcionais específicos entre os quais os relativos aos serviços clínicos propriamente ditos nos quais se inclui a telemedicina, os serviços administrativos e de gestão e ainda os serviços de informação para o público em geral, profissionais de saúde e utentes.

Por forma a elaborar uma visão sobre o tema da saúde em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar, numa primeira fase, numa sessão criativa os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Nacional de Saúde eficiente e da melhoria da qualidade dos serviços prestados tendo por base o uso de serviços telemáticos avançados.

Importa ter a colaboração de médicos, responsáveis de unidades hospitalares, autoridades de saúde, associações de utentes, especialistas na área da saúde, prestadores de serviços, fornecedores de equipamentos, laboratórios e centros de investigação entre outros.

Numa segunda fase, dever-se-á privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da saúde, nomeadamente na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

Conferência “e-Saúde”

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 2 dias
- **Prazo de execução :** 4 meses

Estudo “e-Saúde: O que tem o sector da Saúde a ganhar com o desenvolvimento da SI”

- **Destinatários:** Poder político. Quadros superiores do sector da saúde. Agentes económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Combater a exclusão pela via da SI**

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que precisamos de ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora.

Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

- **Destinatários:** Poder Político, Administração Pública, Cidadãos, Agentes económicos e Associações empresariais
- **Executores:** Task-Force específica, constituída por personalidades convidadas pela capacidade que vêm demonstrando no estudo destas matérias
- **Prazo de execução :** 6 meses

□ **O desenvolvimento da *Democracia Electrónica* em Portugal**

As tecnologias da informação e comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia. O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança por forma a que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que as pessoas vulgares participem em discussões e interacções com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

- **Destinatários:** Poder Político ; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica e personalidades convidadas de reconhecida projecção internacional
- **Prazo de execução :** 6 meses

□ O futuro do e-Learning em Portugal

A utilização conjugada do multimédia e da Internet para conceber e disponibilizar conteúdos formativos e desenvolver competências à distância (e-learning) é um dos grandes desafios para os próximos anos.

A organização de classes virtuais e a interacção remota entre os vários participantes vem possibilitar alargar o ensino e a formação profissional a regiões afastadas e converter cada lar ou local de trabalho numa sala de aula.

O ensino à distância cria um novo contexto onde o aluno assume um papel decisivo na gestão do tempo e do seu processo e ritmo de aprendizagem.

Mais do que as ferramentas síncronas ou assíncronas de aprendizagem, a produção de conteúdos formativos em português, constitui um dos factores mais críticos para o sucesso do e-learning.

Este estudo visa fazer um ponto de situação e perspectivar o futuro do e-learning no nosso país.

- **Destinatários:** Poder político. Agentes económicos. Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

□ O papel da SI no aproximar as Regiões

Apesar de todos os esforços dos vários Governos e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais remotas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços no sentido de aproximar as regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A sociedade da informação caracteriza-se pela sua desterritorialização, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais remotas e desfavorecidas.

- **Destinatários:** Poder político. Autarquias
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

2.2 CARTAS DE COMPROMISSO

□ Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

- **Signatários:** Empresas, organismos e instituições que adiram aos princípios da carta de compromisso

2.3 MANIFESTOS

□ **Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal**

Os investimentos em tecnologia ligada à Internet têm sido elevados nestes últimos anos, tendo-se registado um sem número de iniciativas que apelam à eficiência das operações e à redução dos custos operacionais nas empresas que adiram. As plataformas para a concretização do B2B estão pois disponíveis e acessíveis.

O mesmo se tem passado na vertente B2C, quer do lado da oferta, com um grande número de lojas e centros comerciais virtuais na web, que abrangem as mais variadas ofertas de bens e serviços ao consumidor, quer do lado da procura, com um aumento sucessivo de utilizadores Internet.

Aparentemente, as condições necessárias para um sucesso total do comércio e do negócio electrónico parecem estar no lugar. No entanto, esse sucesso não acontece. Interessa, pois, identificar as razões para este estrangulamento, esta promessa adiada, mobilizando, entre outros, associações empresariais e de consumidores, juntamente com os fornecedores dos meios de pagamento e agregadores de lojas digitais, por forma a discutirem-se soluções que permitam eliminar as causas de estrangulamento que forem identificadas.

- **Destinatários:** Poder político, Associações empresariais ligadas ao comércio electrónico, Sociedade Civil
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 2 meses

2.4 WORKSHOPS

□ Repensar a Justiça no contexto da SI

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes, no acesso à informação pertinente, etc.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir por forma a melhorar o funcionamento da Justiça , por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e workflow, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, por forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

Por forma a elaborar uma visão sobre o tema da Justiça em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar numa sessão de análise os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telemáticos. Importa ter a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e todos quantos estejam interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário.

- **Participantes:** Personalidades do sector a convidar
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 3 meses

□ **A SI e a segurança nas Tecnologias de Informação e Comunicações**

Com a disponibilização generalizada de sistemas de computadores, a disseminação de informação em formato digital é hoje uma realidade e faz-se em larga escala. Com o crescente aumento do valor associado a esta informação, crescem as preocupações relativas à sua segurança, já que a produção de cópias idênticas de qualquer informação digitalmente codificada é extremamente simples.

Com a crescente participação das organizações na denominada economia de rede, a conectividade das mesmas com os seus parceiros, muitas vezes recorrendo a ligações via Internet, cresceu exponencialmente. Esta maior conectividade, no entanto, trouxe maiores preocupações pois traz consigo maiores perigos na exposição de bens de informação ao exterior.

Os vírus constituem uma das maiores ameaças digitais às organizações e aos indivíduos, havendo mesmo quem defenda a tese de que irão a longo prazo, contribuir para uma diminuição significativa do crescimento na utilização da Internet. A quebra da privacidade, a espionagem industrial e a guerra no ciberespaço são um entrave real ao desenvolvimento da Internet.

É nosso objectivo identificar as ameaças colocadas às organizações e aos indivíduos, em termos de segurança informática e de sistemas e propor medidas que permitam combater as mesmas.

- **Participantes:** Quadros de empresas; Associações de Consumidores ; Forças militares e de segurança
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 4 meses

□ **Ponto de situação do e-Government em Portugal**

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (e-Government) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra, mas a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da informação e comunicação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Definido em 2002 o novo quadro institucional para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal e em particular do e-Government, decorridos dois anos sobre os propósitos do programa eEurope e cinco anos depois das medidas propostas sobre o Estado Aberto no Livro Verde para a Sociedade da Informação, urge fazer uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

- **Participantes:** Poder Político ; Quadros da Administração Pública empresas
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 2 meses

□ **Agarrar as oportunidades do eEurope 2005**

O plano estratégico “eEurope 2005” oferece um conjunto de oportunidades para a sociedade europeia que exigem apropriação adequada em cada um dos Estados Membros da União.

Agarrar essas oportunidades é uma necessidade para Portugal, sob risco de perda de competitividade da economia e de atraso no processo de convergência real para a média europeia nos indicadores de produtividade, de inovação e de modernidade.

Reflectir sobre os desafios colocados à sociedade portuguesa pelo “eEurope 2005”, abrindo o debate à sociedade civil, é um imperativo que não pode ser descurado no início do triénio a que este plano estratégico respeita.

- **Participantes:** Poder Político. Administração Pública. Cidadãos. Agentes económicos
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 2 meses

□ **Encontro da Arrábida: Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2003**

Este encontro tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que, de diferentes perspectivas, possam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se lançar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento. Discutir ideias baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papeis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutro sentido explorar de que modo estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, das empresas e das instituições em geral.

- **Participantes:** Membros do Conselho Geral ; Personalidades convidadas
- **Duração:** 1,5 dias
- **Data prevista :** Setembro / Outubro 2003

□ **Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da SI**

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem, em alguns momentos, introduzido algumas rupturas na forma de viver em sociedade e no seu sistema regulador e normativo. Se por um lado as leis têm muitas vezes um papel mobilizador e capaz de induzir comportamentos e atitudes sociais adequadas às transformações politicamente expectáveis, por outro lado, alguma da legislação que a sociedade produz assume um papel conservador e gerador de bloqueios ao desenvolvimento tecnológico e ao seu adequado aproveitamento social e económico.

Apesar das preocupações dos vários Governos na introdução de inúmeros instrumentos legislativos, directa ou indirectamente associados ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente através de sucessivos quadros institucionais de enquadramento, facilitação do acesso à informação e aos serviços públicos, garantia de segurança e privacidade da informação, acesso universal às telecomunicações, desburocratização e desmaterialização dos actos administrativos, negócio electrónico, etc., existem ainda dúvidas sobre o seu adequado aproveitamento prático e sobre o grau de eficácia do actual quadro legislativo português e comunitário.

- **Participantes:** Poder Político. Administração Pública. Cidadãos. Agentes económicos
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 2 meses

□ **Mobilidade – Uma presença pervasiva no quotidiano das sociedades modernas**

A mobilidade apresenta-se hoje como uma das características intrínsecas e mais marcantes no desenvolvimento de sociedades dinâmicas e modernas.

Pretende-se neste *workshop* debater e avaliar as formas de que se pode revestir o conceito de mobilidade no âmbito da Sociedade da Informação e do Conhecimento, o modo como de uma forma pervasiva entra no quotidiano dos cidadãos e das instituições e avaliar também as implicações que tal fenómeno apresenta nomeadamente ao nível social, tecnológico e económico.

“Always – on”, “m-commerce”, “Location Based Services” ou privacidade serão certamente aspectos a abordar de diferentes perspectivas

- **Participantes:** Cidadãos. Agentes económicos. Cientistas Sociais
- **Duração:** 1 dia
- **Prazo de execução :** 3 meses

3 . OUTRAS ACTIVIDADES

□ **Reaproveitamento de equipamento informático usado para fins de natureza social**

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo software aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser canalizados para instituições de solidariedade social tais como lares da 3ª idade, centros de dia, clubes recreativos, jardins de infância, etc.. Deste modo, faz todo o sentido numa perspectiva abrangente encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas e outras organizações com fins não lucrativos.

A reutilização do equipamento usado requer a recolha junto das entidades ofertantes, a verificação das suas condições técnicas de operacionalidade, a criação de aplicações funcionalmente dirigidas àquelas instituições e compatíveis e niveladas com a configuração dos equipamentos disponibilizados por substituição, a instalação de novo software e a distribuição pelas entidades destinatárias.

Para que este programa atinja os seus fins pressupõe-se um acordo prévio com as entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos e a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis. Numa primeira fase, com o intuito de avaliar rigorosamente os custos, benefícios e meios necessários, far-se-á uma estudo prévio, de onde decorrerá a definição desta acção futura

- **Prazo de execução:** 3 meses

□ **Revista da APDSI**

A Associação deve proporcionar aos seus sócios e à sociedade em geral um forum para debate e reflexão sobre o desenvolvimento, os pontos fortes e os pontos fracos, as tecnologias subjacentes e outros aspectos relacionados com a Sociedade da Informação em Portugal, no espaço lusófono e no mundo em geral.

Esse forum concretizar-se-á numa revista digital, publicada na Internet, "peer-reviewed", com periodicidade a definir e contando com colaborações dos sectores governamental, empresarial, profissional e de outras associações e organizações sem fins lucrativos.

□ **Internacionalizar a actividade da APDSI**

Sendo a Sociedade da Informação eminentemente global importa que a Associação estabeleça contactos internacionais com associações, outras organizações sem fins lucrativos e outras entidades por forma a acompanhar a evolução nos mais diversos domínios do desenvolvimento da sociedade da informação.

- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Coluna da responsabilidade da APDSI num Órgão da Comunicação Social**

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a prossecução do seu objecto, compete à Associação “Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Uma das formas de levar a efeito esta tarefa consiste na presença regular, continuada e sustentada da Associação nos Órgãos de Comunicação Social, tanto os de informação geral, como os especializados.

- **Prazo de execução:** 2º Semestre de 2003

□ **Prémio editorial 2002 “APDSI - Sociedade da Informação”**

Este prémio enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da SI e destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal Sistemas de Informação e da Sun Microsystems Portugal sendo admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa, nacional e regional, durante o ano de 2002.

- **Prazo de execução:** 1º Trimestre de 2003

□ **Prémio Personalidade do Ano 2002 no domínio da SI**

Este prémio tem por objectivo destacar a galardoar aquela personalidade que mais contribuiu ao longo do ano de 2002 para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio do Jornal Expresso.

- **Prazo de execução:** 1º Trimestre de 2003

4 . CONCLUSÕES

A APDSI procura através deste programa dar continuidade às iniciativas que conseguiu levar a cabo no ano anterior, expandindo para sectores não anteriormente cobertos, como é o caso da área da saúde e da justiça, e para domínios que tem vindo a ganhar importância acrescida, devido à forte evolução das tecnologias da informação e das comunicações. Pertencem a esta última categoria as iniciativas sobre a banda larga e o software 'open source'.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Iniciam-se actividades correlacionadas com um maior nível de estabilidade e amadurecimento da Associação, que não eram compatíveis com o seu primeiro ano de actividade, nomeadamente o lançamento de uma revista digital e o arranque dos primeiros esforços de inserção na comunidade internacional que se mostra sensível aos objectivos de promoção da sociedade da informação e do conhecimento.

Os prémios Editorial e Personalidade – Sociedade da Informação, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar àquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos e instituições públicas.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar.